

RES: Pregão 37/2022

Hermenson Pereira da Silva

qui 15/09/2022 12:05

Para:alex dos santos silva <alexssilva.975@gmail.com>;

Cc:Licitação <licitacao@tre-ro.jus.br>;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2022
IMPUGNAÇÃO 01

1. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa COLUMBIA PRESTADORA DE SERVIÇOS EM GERAL EIRELI., doravante denominada “IMPUGNANTE”, neste ato representada por Alex do Santos Silva
2. A íntegra da impugnação de da resposta do Pregoeiro está disponível no Portal de Transparência do TRE-RO, no endereço: <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022/pregoes-eletronicos> .
3. Cabe neste ponto inicial registrar que, embora sob o nome de pedido de esclarecimento, em verdade a empresa não solicita que se esclareça algo do edital, mas pleiteia sua modificação, revelando-se verdadeira impugnação e, portanto, assim foi recebido.
4. Da irregularidade da Qualificação Econômico-Financeira – Comprovação de patrimônio líquido de 10% sobre o valor global da contratação (30 meses).
- 4.1. Quesito:
Em síntese, a impugnante registra que a exigência de comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado a contratação vai de encontro com o entendimento do Tribunal de Contas da União exarado no Acórdão TCU 1335/2010 – Plenário. Assim, pleiteia reversão do requisito editalício, pois, a seu entender, o mesmo não tem amparo legal, haja vista ser o índice cobrado sobre o valor global da contratação, que, neste caso específico, é de 30 meses.
- 4.2. Manifestação da Unidade Técnica-Demandante:
O Acórdão n. 1214/2013 – TCU – Plenário estabelece o seguinte:

“9.1.10 sejam fixadas em edital as exigências abaixo relacionadas como condição de habilitação econômico-financeira para a contratação de serviços continuados:
...
9.1.10.2 patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação; ”

Na mesma esteira do aludido Acórdão, a IN 05/2017 também assim estabelece:

“11. Das condições de habilitação econômico-financeira:

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:
...
c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.”


Como se vê, a regra está objetivamente definida nos dois dispositivos retromencionados, quando se referem **ao valor estimado da contratação**, sem fazer referência a prazo do contrato. Vale ressaltar também a evidenciação na IN 05 de que a exigência refere-se **a contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra**, situação do objeto do pregão Eletrônico 37/2022.

Ante o exposto, entende-se não haver fundamento para possível reversão do item editalício aduzido pela licitante (item 9.4, alínea “C” do Edital do Pregão Eletrônico n. 37/2022), haja vista estar em consonância com os normativos citados, não contrariando dispositivos legais sobre a exigência contida no edital.

- 4.3. Resposta do Pregoeiro:
- Acolho a manifestação da unidade técnica-demandante e a adoto integralmente como fundamento para a resposta ao quesito. Correto o entendimento da unidade demandante, pois, conforme dispositivos citados, há previsão legal (*lato sensu*) e jurisprudencial (TCU) para, nas contratações de serviços continuados - que é o caso do PE n. 37/2022 -, se exigir para fins de qualificação econômico-financeira, a comprovação de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação.
5. Decisão:
- 5.1. Por todo o exposto e considerando a competência a mim atribuída pelo art. 17, II, do Decreto 10.024/2019, e pelo item 2.4 do Edital de Pregão Eletrônico 37/2022, julgo IMPROCEDENTE a impugnação.
- 5.2. Julgada improcedente a impugnação e considerando que a decisão não altera as cláusulas do Edital, será mantida a data prevista para a sessão pública, nos termos do § 4º, do artigo 21 da Lei n. 8.666/93.
6. A impugnação foi respondida por e-mail à impugnante e disponibilizada no sistema COMPRASNET e no Portal de Transparência do TRE-RO, além de juntado aos autos do proc. administrativo respectivo.


Porto Velho, 15 de setembro de 2022

HERMENSON PEREIRA DA SILVA
Pregoeiro
Assessoria de Licitações e Contratações - ASLIC
E-mail: licitacao@tre-ro.jus.br / hermenson.silva@tre-ro.jus.br
Fone: (69) 3211-2165



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

MISSÃO: Garantir contratações planejadas, ágeis, sustentáveis, transparentes e com qualidade excelente.
VISÃO DE FUTURO: Ser referência no Judiciário em qualidade nas contratações.
VALORES: Acessibilidade, agilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização.



pense bem antes de imprimir

De: alex dos santos silva <alexssilva.975@gmail.com>
Enviada em: quarta-feira, 14 de setembro de 2022 08:08
Para: Licitação <licitacao@tre-ro.jus.br>
Assunto: Pregão 37/2022

Prezados Pregoeiro e Equipe de Apoio

Nos valemos do presente para solicitar esclarecimentos quanto ao contido no item 9.4. alínea "C" do Edital do Pregão Eletrônico n.º 37/2022:

"c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta"

Já que se considerarmos o constante no ACÓRDÃO TCU 1335/2010 - Plenário que versa no item [9.2.1.1](#):

"faça incidir o valor de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo exigido como requisito de qualificação econômico-financeira sobre o valor estimado para o período de 12 (doze) meses, mesmo quando o prazo do contrato for superior a este período, nos termos dos §§ 3º e 5º do art. 31 da Lei nº 8.666/1993;"

Desta forma solicito manifestação de V.Sas, quanto a reversão do item editalício em tela, uma vez que o mesmo não tem amparo legal ao cobrar o índice sobre o valor global da contratação que, neste caso específico é de 30 meses.

ATT

COLUMBIA PRESTADORA DE SERVIÇOS EM GERAL EIRELI